

A tradução de cantos sagrados em contexto de revitalização linguística: o caso do Toré Potiguara

Dherek Rinaldi Cabral ¹

Mestre em Letras Estrangeiras e Tradução pela Universidade de São Paulo (2024). Possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (2017) e especialização em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2022). É professor de língua portuguesa da rede estadual da Paraíba, atuando no CEEEA Sesquicentenário (João Pessoa). Realizou intercâmbio em Língua e Cultura Chinesa na Universidade de Hubei - China (2018). Áreas de Interesse: Revitalização linguística, políticas linguísticas, diversidade linguística, multilinguismo e educação.

 <https://orcid.org/0009-0007-9402-1521>

Data de recebimento: 01 de abril de 2025.

Data de aceite: 20 de maio de 2025.

Como citar este artigo: CABRAL, D. R. A tradução de cantos sagrados em contexto de revitalização linguística: O caso do Toré Potiguara. *Revista InterCulturas*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. e73435, jun. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15570189

RESUMO: O presente trabalho traz uma apresentação de alguns problemas e questões de tradução no contexto de revitalização linguística do povo indígena Potiguara, população de cerca de 20 mil pessoas distribuída por três terras indígenas e principais áreas urbanas do litoral norte da Paraíba. Desde 2000, o povo Potiguara vem reaprendendo e reinventando sua língua ancestral através das escolas indígenas, de grupos de estudos virtuais e produções artísticas e acadêmicas individuais e coletivas, usando principalmente fontes escritas dos séculos XVI e XVII. A tradução de cantos tradicionais sagrados de Toré para a língua dos próprios antepassados é parte de um processo maior de retomada cultural e linguística, que subverte o monolinguismo imposto pela colonização, percorrendo o caminho oposto das traduções para língua indígena realizadas em contexto de contato e catequese. A análise da tradução em contexto de protagonismo indígena mostra que questões como autoria e identidade nem sempre estarão de acordo com o modelo ocidental, sendo necessárias novas categorizações e a abertura da academia para novos modos decoloniais de traduzir.

PALAVRAS-CHAVE: Potiguara. Tradução indígena. Toré. Revitalização Linguística

Translation of sacred chants in the context of language revitalization: The Toré of Potiguara people

ABSTRACT: This paper presents some problems and issues of translation in the context of linguistic revitalization of the Potiguara indigenous people, a population of approximately 20,000 people distributed across three indigenous lands and main urban areas on the northern coast of Paraíba (Brazil). Since 2000, the Potiguara people have been relearning and reinventing their ancestral language through indigenous

¹ Endereço eletrônico: dherek.cabral@gmail.com

schools, virtual study groups, and individual and collective artistic and academic productions, using mainly written sources from the 16th and 17th centuries. The translation of traditional sacred Toré chants into the language of their own ancestors is part of a larger process of cultural and linguistic revival, which subverts the monolingualism imposed by colonization, following the opposite path of translations into indigenous languages carried out in the context of contact and catechesis. The analysis of translation in the context of indigenous protagonism shows that issues such as authorship and identity will not always be in accordance with the Western model, requiring new categorizations and the opening of academia to new decolonial ways of translating.

KEYWORDS: Potiguara. Indigenous Translations. Toré. Language Revitalization.

Traducción de cantos sagrados en contexto de revitalización lingüística: el Toré del pueblo Potiguara

RESUMEN: Este artículo presenta algunos problemas y cuestiones de traducción en el contexto de la revitalización lingüística del pueblo indígena Potiguara, una población de alrededor de 20 mil personas distribuidas en tres tierras indígenas y principales áreas urbanas del litoral norte de Paraíba (Brasil). Desde el año 2000, el pueblo Potiguara viene reaprendiendo y reinventando su lengua ancestral a través de escuelas indígenas, grupos de estudio virtuales y producciones artísticas y académicas individuales y colectivas, utilizando principalmente fuentes escritas de los siglos XVI y XVII. La traducción de los cantos sagrados tradicionales del Toré a la lengua de los propios antepasados es parte de un proceso más amplio de revitalización cultural y lingüística, que subvierte el monolingüismo impuesto por la colonización, siguiendo el camino opuesto de las traducciones a las lenguas indígenas realizadas en el contexto del contacto y la catequesis. El análisis de la traducción en el contexto del protagonismo indígena muestra que cuestiones como autoría e identidad no siempre estarán de acuerdo con el modelo occidental, requiriendo nuevas categorizaciones y la apertura de la academia a nuevas formas decoloniales de traducir.

PALABRAS CLAVE: Potiguara. Traducción Indígena. Toré. Revitalización Lingüística.

1 Introdução

O presente trabalho é uma proposta de análise de duas traduções e transcrições de letras de Toré do português para a língua tupi potiguara realizadas no contexto da revitalização linguística empreendida pelo povo indígena Potiguara, população de cerca de vinte mil pessoas (Censo 2022) que habita três Terras Indígenas no litoral norte do estado da Paraíba: TI Potiguara, TI Monte-Mór e TI Jacaré de São Domingos. As traduções aqui analisadas estão publicadas na gramática pedagógica Tupi Potiguara Kuapa (2024), de autoria coletiva dos professores indígenas e organizada pelo professor Romildo Araújo (Guyraakãnga Potiguara), e são executadas musicalmente em rituais religiosos e eventos da vida comunitária especialmente pelo grupo Toré Tupi, fundado em 2022, que se

propõe a traduzir e recriar em língua indígena os cantos religiosos e místicos do povo Potiguara, geralmente cantados em português, pelo menos desde a dormição de sua língua nativa, ocorrida em meados do século XVIII.

Desde o ano 2000, o povo Potiguara está desenvolvendo seu processo de revitalização linguística, que começou, a pedido da comunidade, com aulas para formação de monitores bilíngues, ministradas pelo professor Eduardo de Almeida Navarro, da Universidade de São Paulo. A antiga língua dos Potiguara foi registrada em textos de indígenas, missionários e viajantes durante os séculos XVI e XVII e deixou de ter uso cotidiano aproximadamente no final do século XVIII. O ensino da língua chegou às escolas indígenas paulatinamente, por meio da disciplina “língua tupi”, tendo os primeiros monitores formados por Navarro como professores. Conforme explica Cabral (2024), o processo de tentar voltar a falar uma língua que não teve falantes por mais de duzentos anos levou os Potiguara a um longo exercício de tradução para além do ensino escolar, passando pela criação de neologismos, paisagem linguística, criação de materiais didáticos e usos rituais e sagrados. Partindo de uma perspectiva indígena, presente nos estudos de linguistas como Altaci Rubim (2020), do povo Kokama, e Anari Bonfim (2012), do povo Pataxó, a revitalização ou retomada da língua ancestral é um processo de caráter também espiritual, portanto, deve ser conduzido pelos próprios falantes, em uma perspectiva de protagonismo e de reforço à identidade indígena. Nesse sentido, Anari Braz Bonfim, linguista do povo Pataxó, afirma que “aprender a língua novamente é mais uma forma de valorizar-se enquanto grupo e fortalecer a sua identidade, a qual um dia foi negada” (Bonfim, 2012, p. 28). Dentro da perspectiva do protagonismo indígena, será feita neste artigo uma conceitualização e contextualização do Toré, seguida de duas análises descritivas de traduções, baseadas principalmente no que dizem linguistas e historiadores do povo Potiguara sobre o tema, como Gomes (2021) e Silva (2024), e terminando, nas considerações finais, com um convite à reflexão sobre o olhar que os estudos da tradução têm sobre as traduções para línguas indígenas no contexto da mediação intercultural e valorização da diversidade.

2 O Toré Potiguara

O Toré é uma manifestação cultural ritual comum a diversos povos indígenas do Nordeste e mescla elementos religiosos, místicos, políticos, musicais e linguísticos. Nas palavras dos antropólogos Palitot e Souza Jr. (2005), estudiosos dos Potiguara, “o toré é a expressão mais emblemática da etnicidade, da cultura e da religiosidade dos povos indígenas do Nordeste.” Em artigo que trata especificamente do Toré do povo Potiguara e suas especificidades, os autores assim descreveram os passos que envolvem o ritual:

A coreografia da dança segue alguns passos básicos, girando sempre em sentido anti-horário, ou no dizer dos índios "para as direitas", cada pessoa vira-se para um seu vizinho e, fazendo uma flexão com o tronco o cumprimenta, voltando-se imediatamente para o outro lado e cumprimentando o outro vizinho da mesma forma, e daí repetindo a movimento. Algumas alterações nesse passo são feitas quando num ritmo de marcha executada pela gaita, sem acompanhamento de vozes, caminham em fila, às vezes dando saltinhos levantando o pé que vai frente, às vezes de forma mais lenta e compassada, sempre obedecendo ao ritmo imposto pelo instrumento de sopro. Nessa cadência de marcha são entoadas algumas músicas que se referem à *Caboquinha da jurema* e ao *Rei dos índios* (Palitot; Souza Jr., 2005, p. 85).

As letras cantadas no Toré fazem parte de uma manifestação que vai além seu conteúdo linguístico, pois geralmente são cantados em um contexto de ritual ou de apresentação. A análise de elementos exclusivamente textuais, portanto, deixa de levar em conta elementos indumentários, sonoros, musicais, místicos, políticos e performáticos. Ainda assim, entendemos que o elemento textual é parte fundamental do todo. Se hoje sua tradução (ou recriação) para o idioma nativo é parte de um contexto cultural de retomada e de afirmação da cultura e do protagonismo indígenas, historicamente o toré como um todo o foi, já que é um dos elementos que marca a etnicidade indígena e a fronteira étnica de um povo que tem contato secular com a língua portuguesa e com os não-indígenas.

Desse modo, a “autoria” de um toré, no sentido individual do termo, nem sempre é conhecida ou pública, assim como as suas traduções para o tupi potiguara. Nesse sentido, nos aproximamos da afirmação referida por Paulo Henriques Britto (1999) de que o estabelecimento de um sujeito autônomo é um “mito iluminista”, sendo necessário ter em vista fatores históricos e sociais além do indivíduo. Por se tratar de um contexto de coletividade indígena, uma noção de autoria única e individual é difícil de ser postulada. Existem certos torés mais recentes que são composições de pessoas vivas ou que são “emprestados” de outros povos, como os Xukuru, geralmente frutos de intercâmbios mais recentes, ou eventos dos quais alguns Potiguara participam, como a Assembleia Xukuru e o Acampamento Terra Livre. Nesses casos, geralmente são Torés com letras de conteúdo mais assumidamente político, tratando de temas como a luta pela demarcação e homologação de territórios. Pode também ocorrer que a autoria de um toré seja atribuída a entidades espirituais, ou que o “autor” afirme que o conteúdo tenha sido revelado por sonho. O estabelecimento de um “original” e de um “autor”, em termos ocidentais, muitas vezes não é possível. Da mesma forma, na tradução de toré para o tupi potiguara também não é possível atribuir “texto fonte” e “texto de chegada” de forma fixa. A própria ideia de língua de chegada também pode ser contestada, já que os Potiguara consideram que o tupi potiguara é a sua primeira língua, conforme se vê em depoimentos publicados em Silva (2024). O processo de tradução de um canto sagrado para o tupi potiguara tem características peculiares, pois tradutor e receptor coincidem e a tradução é feita “de volta” para a antiga língua falada pelo povo, como parte de um processo maior de retomada de uma língua ancestral para afirmação da identidade indígena e comunicação com os ancestrais, visão que estaria mais próxima do que afirmam autoras indígenas como Gomes (2021) e Rubim (2020).

3 Toré Tupi: Tradução e revitalização

Conscientes da fluidez da oralidade e espiritualidade nos textos estudados, nos ateremos às versões escritas publicadas no material didático Tupi Potiguara Kuapa (2024),

organizado por professores Potiguara para uso na educação escolar indígena. Como fontes para as análises de tradução dos itens lexicais, utilizamos a consulta lexicográfica, baseada sobretudo no Dicionário de Tupi Antigo, de Navarro (2013) e no material pedagógico de autoria indígena Tupi Potiguara Kuapa. Este último conta com um apêndice de vocabulário no final, trazendo novas extensões semânticas aplicadas ao contexto Potiguara, ou seja, itens lexicais que tiveram seu sentido ampliado com o uso em contexto de revitalização, como mostra a figura 1. Entendemos que a consulta a materiais didáticos indígenas de produção recente traz como vantagem, além do protagonismo indígena, o enfoque na língua como vem sendo utilizada no atual contexto de retomada, inclusive com usos que o dicionário da língua “antiga” não comportaria. Algumas traduções de Toré apareceram no primeiro material didático de língua tupi específico para o povo Potiguara, elaborado pelo professor Josafá Freire, em 2005. Nesta pesquisa, porém, optamos por nos guiar pela publicação mais recente.

Figura 1 – Vocabulário neológico na obra Tupi Potiguara Kuapa



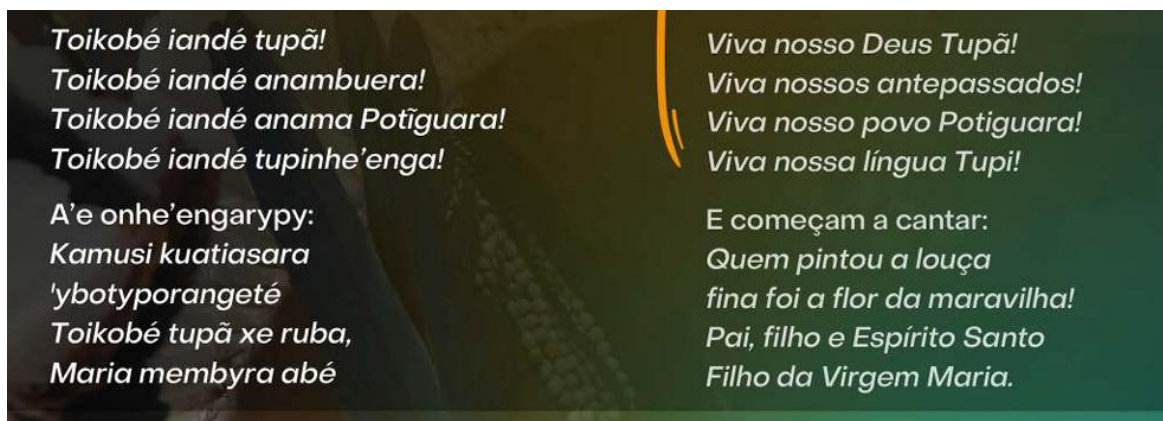
Fonte: Silva (2024, p. 113)

A tradução para línguas indígenas e a existência de tradutores indígenas não é uma novidade no Brasil. Em Wyler (2003), por exemplo, encontramos longa explicação sobre os processos de tradução ocorridos no período colonial. Aqui, porém, trata-se de um modo diferente de traduzir, como veremos nos seguintes exemplos. A tradução em

contexto de revitalização, porém, difere-se da tradução do período colonial e dos contatos com povos indígenas por muitos fatores. Primeiro, trata-se de uma espécie de tradução em que “original”, tradutor e receptor fazem parte de uma mesma comunidade, podendo até mesmo ser a mesma pessoa, segundo, por ser uma nova maneira de abordar a língua indígena, não em bilinguismo de transição nem apenas como objeto de estudo, mas como ferramenta para um movimento político e cultural de reafirmação e retomada cultural, com foco no protagonismo indígena.

3.1 Quem pintou a louça fina

Figura 2- Abertura de Toré seguida pelos versos de “Quem pintou a louça fina”, em versão bilíngue na abertura da lição 4 do livro Tupi Potiguara Kuapa



Fonte: Silva (2024, p. 35)

“Quem pintou a louça fina”, conforme mostrada na figura 2, é a canção que geralmente abre os rituais de Toré Potiguara e é exclusiva desse povo. A indígena Potiguara e professora de língua portuguesa Ivanilza Cinesio Gomes, em seu estudo sobre as letras de toré (Gomes, 2021, pg. 35), classifica este texto como um reflexo do sincretismo religioso presente na cultura Potiguara desde a colonização. Ao mesmo tempo em que elementos cristãos como a trindade e a Virgem Maria estão explicitamente presentes, há referências sobre elementos tradicionais da cultura Potiguara, como a cerâmica e a entidade Comadre Fulozinha, (em tupi potiguara

Atuasaba Ybotymirim) referida aí como a “flor da maravilha”. Ainda segundo a autora, uma outra interpretação possível seria a pintura da louça como metáfora da criação humana, em que a “flor da maravilha” seria uma outra referência à trindade.

No que se trata da tradução dos versos para o tupi potiguara, presente do lado esquerdo na figura 2, a manutenção da forma ainda é importante, pois os versos serão cantados em um tempo e um ritmo específicos, sendo necessária a marcação dos passos. Nota-se, então, que a forma de quatro versos é mantida, e pelo menos uma das rimas se mantém. Para isso, algumas alterações sintáticas são realizadas. Como se trata de uma tradução entre línguas de famílias diferentes, algumas estruturas da língua portuguesa são ausentes na língua tupi potiguara e vice-versa. Desse modo “quem pintou a louça fina” foi traduzido como “kamusi kuationasara”, havendo uma espécie de ampliação do escopo. Não havendo uma palavra específica que traduzisse “louça”, a palavra escolhida em tupi potiguara foi “kamusi”, equivalente a “pote de cerâmica” de modo geral. Kuationasara, com o sufixo -sara seria algo equivalente a pintor ou desenhista. Da mesma maneira, flor da maravilha foi traduzido como ybotyporangeté, que literalmente quer dizer “flor verdadeiramente bela”. Podemos reparar que a tradução não foi feita palavra por palavra e que a preocupação maior é com a manutenção do sentido de um modo que respeite a fonética e a sintaxe tupi sem que os versos fiquem longos demais a ponto de não poderem ser encaixados no ritmo já tradicional.

Ainda que essa tradução seja feita do português para o tupi, o texto em língua portuguesa não se exime de marcas culturais próprias de uma cultura indígena que se exprimiu somente em português por mais de dois séculos. Ou seja, o fato de o texto “original” estar em língua portuguesa não significa que não exista um desafio de tradução de marcas culturais. Trata-se, portanto, de um exemplo do que Zavaglia (2009) chamou de texto culturalmente marcado. A “louça fina” e a “flor da maravilha” seriam, portanto, referentes culturais específicos do povo Potiguara. A língua tupi potiguara, receptora desses textos, ainda que seja a língua própria desse povo, está no papel de receptora dessas expressões, pois ficou dois séculos sem ser falada. Em um contexto de revitalização linguística, a tradução dos torés faz parte do processo de reconstrução e

reinvenção da língua, levando em consideração que as traduções podem ajudar a criar um sistema literário para uma língua, as traduções de textos tradicionais estão construindo repertório escrito e situações de uso para a nova língua. Cabral (2024, p.64) coloca, então:

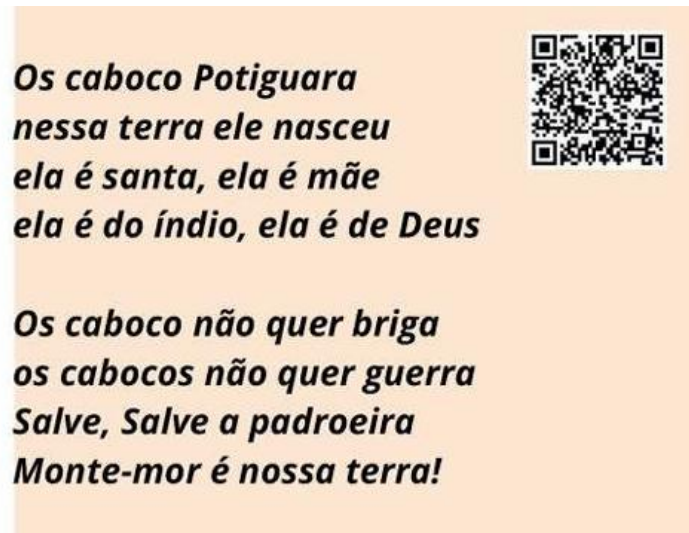
Traduzir as letras do toré para o tupi, então, é, em certa medida, um reforço ou uma via de mão dupla na relação do povo com a cultura e com a língua, pois o uso de uma língua própria e a (re)construção dessa língua através da tradução de textos e canções sagradas é um indicativo de vitalidade da própria língua, e, portanto, da cultura. Assim, à medida que a língua tupi-potiguara acrescenta mais uma camada de “indianidade” ao conjunto do toré, o toré enquanto patrimônio literário acrescenta uma camada de vitalidade e característica local à língua que ainda está em processo de revitalização.

3.2 Os caboco Potiguara

Este texto, de composição mais recente, faz explícita referência a um evento também recente na história Potiguara: a demarcação da Terra Indígena Monte-Mor, no município de Rio Tinto, homologada somente em janeiro de 2025. Monte-Mor é uma aldeia urbana, nascida de uma antiga vila operária. Conforme explica Palitot (2005), a instalação, no início do século XX, da Companhia de Tecidos Rio Tinto deu início a um capítulo de muito sofrimento para o povo Potiguara. Os “caboclos velhos”, denominação dada na época aos indígenas, foram expulsos de suas terras originais para a instalação da fábrica e das vilas operárias. Depois, alguns acabaram sendo contratados como funcionários da própria fábrica, mas eram terminantemente proibidos de fazer qualquer referência que os identificasse como indígenas, como o Toré e outras manifestações religiosas e culturais. Após a falência da Companhia, à medida que crescia o movimento indígena em outras aldeias Potiguara, com apoio de setores da Igreja Católica e de outros povos indígenas, a luta dos Potiguara de Monte-Mor se intensificou. Conforme os direitos indígenas foram avançando, especialmente após a Constituição de 1988, começa a luta para que os habitantes de Monte-Mor fossem reconhecidos como indígenas e que a terra onde se localiza a Vila fosse reconhecida como Terra Indígena pela FUNAI. Nesse processo

de luta pela terra, o Toré foi um elemento fundamental de fortalecimento comunitário e expressão da identidade indígena. É nesse contexto que surge o texto da figura 4:

Figura 4 – Letra de Toré em português acompanhada de código QR com áudio explicativo



Fonte: Silva (2024, p. 82)

Trata-se, portanto, de uma canção com referência direta à luta por território, ainda que permeada por imagens simbólicas sagradas para o povo Potiguara. Sua tradução para a língua tupi potiguara acrescenta, como já dissemos, mais uma camada de identidade indígena e conexão com os ancestrais, em conformidade com Rubim (2020). O uso do termo caboco, comum na região, remete à proibição da expressão da identidade indígena. Na recriação da letra em língua tupi, a palavra escolhida como equivalente a caboco é seu próprio ancestral etimológico, o termo kuriboka.

Figura 5- Letra de Toré traduzida para a língua tupi potiguara

***Kuriboka potĩguara
a'e o'á kó yby pupé
i katu, yby iandesy
potiguaryby, tupã mba'e***

***kuriboka noipotari
guarinĩnamo o sórama
toikobé morausubara
Monte-mor iandé retama!***

Fonte: Silva (2024, p. 82)

A expressão “guarininamo o sórama”, do sexto verso, remete diretamente à forma dos textos tupis coloniais, em que a ideia de “ir à guerra” se expressa literalmente como “ir como guerreiro”, tendo sido acrescentado o sufixo temporal futuro *-rama* ao verbo só (ir), indicando uma “ida futura”. Perde-se, então, a repetição enfática do “original” português “não quer briga, não quer guerra”, em troca de manter a utilização de uma expressão própria das línguas da família tupi-guarani, acrescentando na versão recriada todo o referente cultural de “*guarininamo só*”, a “ida como guerreiro”, muito própria do modo de vida pré-colonial dos povos tupis. Neste caso, de uma tradução “interna” de um povo bilíngue, a recriação do texto na nova língua se apropria de termos específicos da língua, e surgem marcadores culturais no texto-resultado, contrariando então uma “ordem natural” da tradução, em que os marcadores culturais se perderiam nas traduções. Nesse sentido, os textos funcionam como espelho um do outro, pois não se trata de uma tradução feita para outro povo ou para um público leitor, mas da criação de uma segunda forma de expressão de um mesmo povo que vai abandonando seu monolinguismo imposto em prol de um bilinguismo reconstruído, atendendo às necessidades e desejos de recuperação e reinvenção do “ser indígena” após séculos de perseguição, massacre e proibição de sua expressão identitária. A presença da padroeira também é um marco de expressão da territorialidade de Monte-Mor. Desde os tempos

coloniais cada aldeia possui um padroeiro. A padroeira, Nossa Senhora dos Prazeres, é também um indicativo de especificidade, que os diferencia dos Potiguara de São Miguel ou de São Francisco, com seus respectivos padroeiros. Também não é fortuito o uso do pronome de primeira pessoa inclusivo “iandé”, em “iandé retama” (nossa terra), em vez do pronome exclusivo “oré”. Seu uso parece fazer um movimento de inclusão do ouvinte, que pode ser o próprio cantor, os ancestrais ou o povo com um todo, em um aceno à coletividade Potiguara, ainda que marcada a especificidade de uma aldeia.

Considerações finais

Por meio da análise da tradução de duas letras de toré do português para o tupi potiguara, podemos nos defrontar com diferentes problemas de tradução. Se por um lado a intensa presença de marcadores culturais torna desafiadora a tradução, por outro lado, a peculiar situação de recepção e reelaboração do texto acaba recriando novos marcadores culturais no texto traduzido, e o processo de tradução como um todo torna-se construtor de identidade e de um novo sistema literário para uma nova língua, fruto da revitalização.

A história da tradução no Brasil começou com a tradução de textos religiosos para línguas indígenas. A análise dos textos neste artigo, porém, mostra que hoje as traduções para línguas indígenas não se fazem mais somente com efeito de catequese, mas para intensificar o próprio protagonismo e a luta dos indígenas por direitos. Podemos observar então que o papel da tradução e do tradutor pode ir além das perspectivas puramente linguísticas e econômicas, podendo inclusive ter grande papel social na luta por direitos e no reconhecimento da diversidade linguística e cultural do país, sendo necessários mais estudos teóricos e históricos sobre a presença das línguas indígenas na história da tradução no país, assim como estudos descritivos sobre a frequência e presença dessas traduções, especialmente em contexto de protagonismo indígena. Conscientes de que ainda há um longo caminho a percorrer no campo da tradução no contexto dos direitos linguísticos e das línguas indígenas e minoritárias brasileiras, concluímos com as palavras

de Helson Yby Rerekoara (apud Silva, 2024, p.35), professor, tradutor e participante do grupo Toré Tupi: “Através do Toré, nosso idioma está sendo praticado diariamente, sendo cantado por pessoas de todas as idades, fortalecendo nossa cultura e contribuindo para a união e a construção da nossa identidade diferenciada.”

Referências

BONFIM, Anari Braz. *Patxohã, “Língua de Guerreiro”*: um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó. 2012. 127f. 2012. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal da Bahia, 2012.

BRITTO, Paulo Henriques. Tradução e criação. *Cadernos de tradução*, v. 1, n. 4, p. 239-262, 1999.

CABRAL, Dherek Rinaldi. *A tradução como ferramenta de revitalização entre os Potiguara (PB): a criação de neologismos nos contextos didático, literário e virtual*. 2024. 114f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2024.

FREIRE, Josafá Padilha et al. *T’ã-Nhembo’e Potiguar-Ymûana Nhe’enga Resé: tupi antigo para 2ª. série do ensino fundamental*. Vol. 2. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, s.n.t.

GOMES, Ivanilza Cinésio. *Entrelaces do cristianismo e da religiosidade tradicional nas canções do Toré indígena Potiguara da Paraíba: uma análise literária*. 114f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal da Paraíba, 2021.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo: A língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

PALITOT, Estêvão Martins. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PALITOT; SOUZA JR. *Todos os pássaros do céu: Toré potiguara*. In GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org). *Toré: regime encantado do índio do nordeste*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005.

PARAÍBA. *Plano Estadual de Educação*. João Pessoa: Secretaria de Educação do Estado, 2006



RUBIM, Altaci. A vitalização da língua Kokama além das fronteiras entre o Brasil e Peru. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 3, p. 01-18, 2020.

SILVA, J. R. A. *Tupi Potiguara Kuapa – Conhecendo a língua Tupi Potiguara*, ed.1. Mamanguape: do Autor, 2024, v.500., p.156

WYLER, Lia. *Línguas, Poetas e Bacharéis – uma crônica da tradução no Brasil*, Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ZAVAGLIA, Adriana. As relações culturais na tradução de textos especializados. *Linguasagem*, São Paulo, v. 10, p. 1-9, 2009.